



ISSN: 2595-5713

Vol. 06 | N°. 12 | Ano 2023

**Yuri Manuel F. Agostinho**

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

# A HISTÓRIA E A ANTROPOLOGIA: ENCRUZILHADAS NO ESTUDO DO “OUTRO” NO CONTEXTO COLONIAL EM ÁFRICA: UMA EXPOSIÇÃO PARA A COMPREENSÃO

HISTORY AND ANTHROPOLOGY: CROSSROADS IN THE STUDY OF THE  
"OTHER" IN THE COLONIAL CONTEXT IN AFRICA: AN EXPOSITION FOR  
UNDERSTANDING

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é analisar uma história que está intimamente ligada ao processo de expansão marítima e colonial, promovido pelos países europeus em resposta à descoberta do "novo mundo". Assim, abordaremos a Antropologia voltada para o colonialismo, os impactos que surgiram no conhecimento do "outro", e, por fim, examinaremos como a história e a antropologia contemporâneas percebem o "outro". Os reinos da savana que se desenvolveram e coexistiram até o início da colonização na África serão objeto de uma análise breve. Em outras palavras, este trabalho investiga sucintamente a história da antropologia em um período em que algumas teorias, como o racismo e o evolucionismo estavam estabelecidas. Evidentemente, os povos da África e de outras regiões foram objetos de estudos cujas bases se fundamentavam nas diferenças; "o outro" esteve no centro de teorias e do racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Antropologia; África.

**ABSTRACT:** The aim of this study is to analyze a history that is closely linked to the process of maritime and colonial expansion forged by European countries in response to the discovery of the "New World." Therefore, we will address an Anthropology focused on colonialism, the impacts that emerged in the understanding of the "other," and, finally, how current history and anthropology perceive the "other." The savannah kingdoms that developed and coexisted until the beginning of colonization in Africa will be the subject of a brief analysis. In other words, this work briefly examines the history of anthropology in a period when some theories, such as racism and evolutionism, were ratified. Evidently, the peoples of Africa and other places were the subject of studies based on differences; "the other" was at the crossroads of theories and racism.

**KEY WORDS:** History; Anthropology; África.

## A HISTÓRIA E A ANTROPOLOGIA: ENCRUZILHADAS NO ESTUDO DO "OUTRO" NO CONTEXTO COLONIAL EM ÁFRICA: UMA EXPOSIÇÃO PARA A COMPREENSÃO

Yuri Manuel Francisco Agostinho <sup>1</sup>

### Introdução

Nas fileiras dos povos<sup>2</sup> destaca-se o pequeno número daqueles que desempenharam um papel político dominante e manifestaram aspirações imperiais. Nesse sentido, são aqueles que, em termos geográficos, claramente transcendiam sua região de origem para estender sua supremacia a numerosos outros povos em um ou mais continentes (BRETON, 1998, p.17). Breton (1998) nos levou a refletir, por exemplo, sobre o papel que a Itália desempenhou no século XV em relação ao restante da Europa. O capitalismo desempenhou um papel relevante para que, a partir da segunda metade do século XV, a Itália adquirisse uma posição decisiva na Europa. Esse período também foi marcado pela expansão para o Ocidente, mas é importante destacar que a Itália, desde o século XI, esteve presente tanto em Bizâncio quanto nas cidades do Islã<sup>3</sup>, diante de civilizações mais ricas do que a sua. Braudel (2007) afirma que "a Itália é aqui a aprendiz que empresta e escuta". <sup>4</sup>

Por quê, então, trouxemos o exemplo da Itália para reforçar a reflexão mencionada por Breton (1998)? Talvez pudéssemos abordar diretamente como as principais potências coloniais chegaram ao continente africano. No entanto, nossa intenção principal não é apresentar esses fatos de imediato, mas sim evitar lugares-comuns. Nesse contexto, o livro "O Modelo Italiano," de Fernand Braudel (2007), propõe o conceito de um modelo italiano, válido para compreender a grandeza e a decadência da Itália nos séculos XV ao XVII. Além desse modelo, o autor também revisita dados interessantes sobre a questão da expansão europeia, na qual a Itália desempenhou um papel de liderança:

---

<sup>1</sup> Docente na Faculdade de Artes da Universidade de Luanda – Angola. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. [yanessanguifada@gmail.com](mailto:yanessanguifada@gmail.com)

<sup>2</sup> Povo: Formação étnica reconhecida como tal, constituindo uma comunidade humana original, fração da sociedade global, e ocupando geralmente um dado setor territorial (BRETON, 1998, p. 133).

<sup>3</sup> Cidades como de Tripoli, Túnis, Bône, Bougie, Argel e Ceuta.

<sup>4</sup> “Em Salamo, a famosa escola se arrogará o ensino da medicina árabe. E a crítica literária já falou em demasia, para que valha a pena voltar ao assunto, dos empréstimos de Dante e de seus contemporâneos aos autores árabes cuja superioridade científica e filosófica impunha-se como modelo. “Portanto, jamais se tratou, para a Itália, de dar lições aos mais ricos e mais brilhantes que ela. Ao contrário, ela recebia com respeito, em Veneza e mesmo em Florença, desde o fim do Séc. XV, alguns mestres gregos quando Constantinopla cai, em 1453, a fuga dos intelectuais gregos para a Itália, por mais insuportáveis que certos refugiados se tenham revelado em seguida, representa uma enorme transferência de conhecimentos” (BRAUDEL, 2007, p. 49).

O Islã certamente foi atravessado com bastante frequência em toda sua extensão por ocidentais. Para tomar um só exemplo, sem remontar a Marco Polo, nascido em Chioggia, no Ducado Veneziano, visitou longamente a Índia e a Insulíndia, entre 1415 e 1439. Assim, Vasco da Gama não “descobriu” as índias, no sentido da palavra, mas um caminho inteiramente marítimo para atingi-la. Aliás, lá ele encontrou segundo Samudo, venezianos regularmente instalados. Em 11 de Maio de 1498, a frota de Vasco da Gama ao encontro dos seus emissários dois mouros de Tunis que falam catalão e genovês. “Que diabo os trouxe aqui” exclamam eles. E a resposta do português foi muito boa: viemos em busca de “cristãos e especiarias”. Seria excesso e estranho pensar que tais itinerários e explorações dos comerciantes italianos têm contribuído para enfraquecer o Islã, desde antes da época de Vasco da Gama (BRAUDEL, 2007, p. 38).

Braudel (2007) reforça esta questão da expansão europeia dizendo o seguinte:

Tanto que estas não acabam nem começam com Cristovão Colombo ou Vasco da Gama. Muito tempo antes, os italianos cumpriram seu papel. “Repete-se continuamente”, escrevia Bandello por volta de 1515, “que os espanhóis e os portugueses descobriram o Novo Mundo, ao passo que fomos nós, italianos, os primeiros a lhes abrir caminho”. Há uma grande parte de verdade nesse protesto e ninguém ignora os nomes de Cristovão Colombo, Vespúcio, Cárda Mosto ou Verrazzano... Mas o verdadeiro Problema não está aí. [...] O primeiro cronista português, Fernão Lopes, chama atenção de Lisboa para as colônias “de genoveses, lombardos, milaneses...Corsos” o que os historiadores assinalam desde pelo menos 1930. Assim, os comerciantes italianos, antes que a Europa tivesse se movido francamente para a imensidão atlântica, haviam assumido posições decisivas: só tiveram que explorá-las para defender sua parte nos novos tráfegos. Eis uma das constatações maiores, a meu ver, da investigação histórica. E os exemplos em seu apoio são peremptórios”. [...] Mas o problema, para nós historiadores não é concluir com uma (a corrida do ouro) que tudo explicaria, transformando-se uma bela (tese da corrida do ouro). Deve-se tratar sempre dos dois metais preciosos, o branco e o amarelo, de seu jogo recíproco e sujeito a mudanças. Tudo isso é curioso, interessante. Ora, o futuro próximo é mais significativo ainda. Como mostrou, já há muito tempo, o infatigável pesquisador que foi André E. Sayous, durante os primeiros anos do século XVI, são os genoveses, instalados em Sevilha, que organizam a primeira ponte comercial regular com a América, impensável sem o crédito prazo que eles são os únicos a facultar aos transportadores e aos mercadores (BRAUDEL, 2007, p. 73-75).

Os temas abordados por Braudel (2007) destacam períodos em que é possível observar transformações significativas no mundo ocidental, com o Renascimento sendo uma marca desse período. Em outras palavras, o período que abrange do século XV até o início do século XVII na Europa representa a transição da civilização medieval para a idade moderna. Nesse contexto, política, religião, filosofia e arte desempenham papéis essenciais na valorização da vida e da natureza. Conseqüentemente, o ser humano se sente confiante e ambicioso em busca de conhecimento e poder, lançando-se em aventuras para descobrir terras desconhecidas e mares nunca navegados (BRAUDEL, 2007; IMBAMBA, 2010).

No século XIX, os impérios coloniais europeus na América Latina foram desafiados devido às lutas pela independência lideradas por povos das próprias colônias e nativos. Essas lutas pela

independência criaram desafios para os Estados europeus que desejavam continuar seus projetos de colonização em outras partes do mundo. Como resultado, o interesse europeu em relação ao continente africano foi renovado, uma vez que África havia sido, durante séculos, uma fonte primária de escravos para as plantações e minas na América Latina (SILVA, 2014, p. 20). Diante desses contratempos, surgiu a necessidade de desenvolver um projeto europeu para a África, o que levou à implementação do "projeto colonial". Nesse contexto, percebeu-se a importância de obter informações mais precisas sobre a África, algo que anteriormente não havia sido uma prioridade do projeto.

Apenas para termos uma ideia de como os europeus formulavam conceitos com base em suas experiências nas viagens dos séculos XV, XVI e XVII, gostaria de mencionar o livro de Adriano Parreira, intitulado "A Máquina de Dúvidas". Nessa obra, é possível explorar o conceito de "negro" na literatura de viagens relacionada a Angola durante os séculos XV, XVI e XVII. De acordo com o autor, a documentação que ele consultou revelou que, para além de uma variedade de temas aparentemente complexos, durante o Renascimento, a concepção de "negro" passou por uma redefinição, influenciada pelos temperamentos do Mediterrâneo e da tradição judaico-cristã. Essa redefinição ocorreu em meio a uma época de mudanças e novidades, que caracterizaram a vida e a idade moderna além dos mundos modernos (PARREIRA, 2003). No entanto, o autor ressalta que "nem tudo foi herdado":

A Europa do renascimento inovaria pelo carácter sistemático e racional dos seus empreendimentos, entre os quais a expansão e a "conquista" de espaços ultramarinos, sendo sobretudo original no desígnio a que se atribuiu de conquistar a alma do "outro": "serrasseno", "mouro", "amarelo", "índio" ou "negro", e de a "resgatar" para o seio da sua "civilização" como parte a integrar num "mundo" que, tão tarde como nos finais do século XVII, era ainda novo demais. [...] O que a literatura de Viagens renascentista revela e anuncia, é que a Europa, ébria de novidade, duvidou antes de tudo da sua capacidade em balizar uma alteridade num mundo tão inesperadamente "novo" como improvável de aprender, projectando no "outro", e nomeadamente no Africano, a mesma ideia de não – Humanidade que o Ocidente reteve das ideografias judaico – cristã, clássica e mediterrânea, ideia que está ancorada no conceito ideológico de Negro, que tão profícua e laboriosamente redefiniu (PARREIRA, 2003, p. 26).

Como observado, os séculos XV, XVI e XVII foram períodos nos quais surgiram conceitos que não revelavam um conhecimento total ou parcial do "outro". No entanto, havia a necessidade de investir mais no entendimento desse "outro", com base no estabelecimento de tecnologias de dominação. Foi a partir desse contexto que surgiu a antropologia comprometida com o colonialismo, mas esse assunto pode ser explorado mais adiante. É importante destacar que, antes do surgimento dessa ciência a serviço do Estado, várias Sociedades de Geografia foram estabelecidas em toda a Europa no século XIX, desempenhando um papel crucial no

empreendimento colonial. Algumas das Sociedades de Geografia notáveis incluem a de Paris (1821), Berlim (1828), Londres (1830) e Lisboa (1875). Elas financiaram viagens de exploração à África sob a fachada de missões científicas. Por outro lado, no final do século XVIII, a exploração sistemática do interior da África foi organizada com um propósito religioso, sob o "slogan" de converter os "selvagens" ao Cristianismo e à "civilização". Em outras palavras, buscava-se tornar os africanos estrangeiros em sua própria terra (SILVA, 2014).

Esse "slogan" nos faz lembrar a resposta de Amo-Guiné Afer face à política e ao racismo durante o período em que viveu na Europa. No século XVIII, já havia alguns africanos trabalhando em universidades na Europa, como Alemanha, França e Holanda. Um deles era um filho da Costa do Ouro (Gana), Amo Guiné Afer. Ele escreveu um livro argumentando que não havia razão religiosa, filosófica ou jurídica para justificar o fato de alguns homens irem para a África transformar escravos em pessoas livres. Vale ressaltar que Amo defendeu os direitos dos negros em sua primeira dissertação inaugural, intitulada "De Jure Maurorum in Europa" (Sobre a Lei dos Mouros na Europa), em 1729, na qual discutiu a questão da escravidão e das liberdades dos negros que viviam na Europa. O século XIX foi, sem dúvida, um período decisivo para a África. Foi nessa época que testemunhamos várias viagens de exploradores provenientes da França, Inglaterra, Alemanha, Bélgica e Portugal em busca de informações sobre o "outro", geografia e recursos minerais. Isso ocorreu em um momento em que a Europa passava por um processo de industrialização, tornando a África o centro da economia capitalista (SILVA, 2014).

### **As escolas antropológicas e à guisa das suas ideologias: breves considerações.<sup>5</sup>**

A primeira grande escola que deu origem à antropologia foi a evolucionista, tendo como grandes representantes Edward Burnett Tylor e Lewis Morgan. Por que a Inglaterra e os Estados Unidos desempenharam um papel fundamental na fundação dessa escola? A razão está diretamente ligada à Inglaterra, que possuía um vasto império colonial. Nesse contexto, havia a necessidade de compreender o "outro", conhecer sua cultura e, acima de tudo, dominar, administrar e gerir essas populações. É importante destacar que a antropologia nasceu a serviço do imperialismo, assim como a história no século XIX se comprometeu com a legitimação do Estado, da nação e da dominação. Essas foram as tarefas iniciais da Antropologia e da História.

O evolucionismo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do racismo. Essa escola antropológica partia do pressuposto de que existiam povos superiores e outros em estágios de

---

<sup>5</sup> Os primeiros esboços deste subcapítulo são provenientes de anotações feitas em sala de aula, com base a nossa participação no seminário oferecido pelo professor Durval Júnior: *Tópico especial em teoria da história e historiografia: olhar para o outro – a “virada antropológica” na historiografia do século*. O seminário decorreu em dezembro de 2019 na UFPE.

evolução diferentes. A base do evolucionismo era a materialidade, e essa base era sustentada pelo interesse da escola em estudar os artefatos materiais, também conhecidos como cultura material. Isso permitia a medição das culturas dos diferentes povos. Podemos observar, por exemplo, os artefatos que foram levados para a Europa com o objetivo de serem estudados. Os africanos, que foram subjugados à escravidão até meados do século XIX, eram rapidamente categorizados pelos europeus como povos selvagens. Sem realizar um estudo sistemático da cultura e da arte africanas, os colonizadores criavam descrições verbais para rotular os africanos e suas formas de expressão cultural. A partir desse ponto de vista, os processos de colonização reprimiam ou desvalorizavam as manifestações artísticas africanas e aplicavam os padrões ocidentais em todos os aspectos.

Os etnólogos financiados pelo Estado francês realizaram expedições exploratórias com fins "científicos". Com status de pesquisadores, eles coletaram artefatos das inúmeras culturas africanas sem o consentimento das populações locais e os levaram para a França, onde foram depositados no "Museu do Homem", criado para essa finalidade em 1938. Muitos desses pesquisadores tinham fortes conexões políticas, e alguns classificaram os objetos coletados com base em suas agendas políticas (SOMÉ, *apud*, RAMOS, 2008, p.1630 - 1631). Essas classificações não se limitaram às artes e à cultura, mas também se estenderam às políticas do Estado pré-colonial e do Estado colonial. Isso envolveu o agrupamento forçado de povos e a imposição de sistemas de governança sob a justificativa de um controle mais eficaz:

O emprego recorrente de taxinomias étnicas ilustra a consonância existente entre a política do Estado pré-colonial e a do Estado colonial. Em ambos os casos, o processo de territorialização é presidido pelo mesmo projecto: reagrupar as populações e designá-las por meio de categorias comuns a fim de exercer um controlo mais eficaz. O principal fenómeno da colonização é a instauração de novas divisões territoriais ("círculo", "distrito", "território"), por outras palavras, trata-se da fragmentação da "economia mundo" que era à África pré-colonial numa miríade de pequenos espaços sociais logo constituídos em várias "raças" "tribos" "etnias" antes da colonização, esses diferentes espaços encontrava-se imbricados no seio de "cadeias de sociedades" mas com a conquista registar-se-á um movimento de desarticulação das relações entre as sociedades locais (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p.47).

A outra escola antropológica importante é a difusionista, cujo principal representante é o antropólogo Adolf Bastian, considerado o pai e fundador da Antropologia na Alemanha. A escola difusionista parte da ideia de que existe uma universalidade na natureza humana, ou seja, que o homem é um ser universal que compartilha as mesmas qualidades, probabilidades, evolução e desenvolvimento em qualquer lugar da Terra.

Os difusionistas têm uma perspectiva diferente em relação ao surgimento do homem em comparação com a escola evolucionista. Eles acreditam que o homem surgiu paralelamente em várias regiões do mundo ao mesmo tempo e teve desenvolvimentos paralelos. Essa escola enfatiza

a importância da difusão e do contato cultural e da influência nestes termos de um povo sobre outro. É importante ressaltar que o método utilizado por essa escola era o comparativista. Outro proeminente representante dessa escola foi o britânico James Frazer, conhecido por suas extensas comparações de rituais de diferentes regiões. Seus trabalhos eram significativos porque analisava várias manifestações culturais e trabalhava com relatórios e documentos produzidos no contexto da colonização, que incluíam informações sobre culturas locais, costumes e hábitos.

Esses relatórios provenientes das colônias frequentemente levaram à criação de novas divisões territoriais pelos etnólogos. Por exemplo, grupos étnicos como os "Dogon" e os "Senoufo" foram categorizados como "etnias", embora essas populações estivessem subdivididas em unidades mais específicas, como áreas conjugais, linhageiras, tribos, federações de aldeias e grupos de sociedades secretas. Essas subdivisões frequentemente faziam parte de entidades maiores devido à sua relação com Estados ou redes comerciais internacionais (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 47).

Outro ponto a ser considerado é a questão dos relatórios e documentos produzidos durante o período colonial. Esses documentos refletiam discursos hierarquizados que abordavam conhecimentos nas áreas jurídicas, religiosas, sociais e políticas das populações "nativas". Como Serrano (2008) afirma, esses discursos parecem incluir conhecimento sobre o "outro" ao mesmo tempo em que o excluem ideologicamente (SERRANO, 2018, p. 81).

Quanto à questão de se existe ou não uma antropologia colonial portuguesa, essa polêmica foi abordada por Donato Gallo, um antropólogo italiano. Suas pesquisas ofereceram uma visão abrangente das principais linhas de debate sobre o assunto, levantando a questão de que Portugal teve várias abordagens ao longo do tempo e se houve realmente uma antropologia colonial portuguesa. É notório que Donato Gallo faz um inventário atinente das principais linhas da polêmica, afirmando:

Que em Portugal não há o produto de uma teoria antropológica, alguns elementos levam a supor a existência de uma antropologia aplicada, apesar de ela ser ou estar subalterna a teorias provenientes de âmbitos culturais externos ao país (SERRANO, 2018, p. 94).

Olhando nesta perspectiva, Serrano (2008) consegue ver que Portugal "praticou": "a etnografia empírica"; "a antropologia aplicada"; "a antropologia militar e uma antropologia missionária", mas o que nos chamou atenção foi a antropologia aplicada, pelo fato de estar ligada ao serviço do Estado – caracterizada como uma etnografia administrativa, que é um saber que procura apoiar-se num conhecimento "paracientífico" ou científico dos grupos, propondo-se usar as autoridades africanas como ponto de apoio do poder europeu (SERRANO, 2018). É de realçar que a antropologia administrativa antecede a antropologia como disciplina.

A escola que funda a Antropologia universitária foi a funcionalista, seu expoente máximo é Bronisław Malinowski. Foi ele que atribuiu a pesquisa de campo; inventou a observação participante; o modelo de pesquisa e a legitimação do historiador. Malinowski criou um ritual que legitima o trabalho do antropólogo: a ida ao campo; a permanência entre os nativos e caderneta de campo. Malinowski retira os dados no campo e os correlaciona com os conceitos provenientes da Sociologia, abrindo a possibilidade de a Antropologia ser mais teórica e preocupada com a reflexão teórica partir dos dados. Desta forma a Antropologia sairia da descrição e da comparação para a fase da interpretação.

Os antropólogos nos ensinam que é importante captar os conceitos da própria cultura nativa, daí o drama da escola pós-moderna de Antropologia que assume a invenção do etnógrafo, ou seja, o nativo é uma invenção do etnógrafo, o nativo não existe tal como ele é exposto na historiografia. A etnografia é um gênero narrativo (ocidental, europeu nascido num olhar colonial e imperialista). Uma das características da escola funcionalista é negar a história e a utilização do método histórico por parte dos povos considerados primitivos. Uma crítica que os funcionalistas vão fazer aos evolucionistas e aos difusionistas está ligada com a pesquisa e sua ênfase à diacronia em detrimento da sincronia. Neste sentido, o funcionalismo enfatiza a ideia de função: a função que um determinado elemento exerce numa dada cultura.

A última escola que pode ser apresentada neste turno: é uma corrente pertencente a década dos anos sessenta do século XX, o estruturalismo. O expoente desta escola é Claude Lévi-Strauss (1908), antropólogo de origem belga. Estudou as relações sociais e de parentesco, partindo dos métodos do estruturalismo linguístico. Os problemas fundamentais são: a estrutura social, a essência e origem das instituições. O estruturalismo é caracterizado por uma análise sincrônica, sem ponderar a dialética que existe no desenrolar da história, que se entende por estrutura o método simbólico das ligações correspondentes e existentes entre os fatos (MARTÍNEZ, 2009). Lévi-Strauss (1993), no seu livro Antropologia estrutural, demonstra que o método que a história utiliza, fez avançar concernente ao seu ponto vista com base o objeto de estudo que ela se propõe. Questão que foi diferente na sociologia, Lévi-Strauss (1993) admite mesmo que ao longo do tempo a sociologia avançou nos seus ramos: (a etnografia e a etnologia), resultando numa prodigiosa produção de estudos teóricos e descritivos. Mas, este avanço foi à custa de contendas, desmembramentos e confusões. Para compreensão da tal situação, Lévi-Strauss (1993) propõe olhar brevemente a origem da sociologia e, por outro lado estabelece algumas definições.

Na França, a sociologia equivale à filosofia social, já em países anglo-saxões ela se tornou uma especialidade da etnografia. Neste sentido, a etnografia baseia-se no exame e estudo de grupos humanos em sua especificidade. Em relação a etnologia, Lévi-Strauss (1993) afirmou que a etnologia aproveita à guisa comparativa em testemunhos apresentados pela etnografia. Com essas



decisões, a etnografia adota o mesmo sentido em todos os países, e a etnologia equivale aproximadamente ao que se compreende, nos países anglo-saxões, logo o termo etnologia está caindo em desuso, em permuta ao termo de antropologia social e cultural, sendo que a antropologia social se destina basicamente ao estudo de preceitos considerados como processos de representação, e a antropologia cultural aos das técnicas, eventualmente também das instituições, consideradas como técnicas a serviço da vida social.<sup>6</sup>

Mesmo que, por acaso, os resultados do estudo das sociedades consideradas complexas e daquelas tidas como primitivas possam ser conciliados, proporcionando conclusões geralmente válidas do ponto de vista diacrônico ou sincrônico, a sociologia, ao abranger sua forma mais abrangente, pode automaticamente perder o sentido original que mencionamos anteriormente e passar a merecer o propósito que sempre buscou, que é a realização das ciências sociais (LÉVI-STRAUSS, 1993):

Isso posto, o problema das relações entre as ciências etnológicas e a história, que é ao mesmo tempo seu drama interior revelado, pode ser formulado da seguinte forma: ou nossas ciências se debruçam sobre a dimensão diacrônica dos fenômenos, isto é, a sua ordem no tempo, e se tornam incapazes de fazer-lhes a história, ou buscam trabalhar como os historiadores, e a dimensão temporal se lhes escapa. Pretender reconstituir um passado cuja história não temos meios de atingir ou querer fazer a história de um presente sem passado, eis o drama, da etnologia num caso, da etnografia no outro. De todo modo, é esse o dilema no qual seu desenvolvimento, ao longo dos últimos cinquenta anos, parece ter freqüentemente encurralado uma e outra (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 15).

A contradição entre o evolucionismo e o difusionismo não pode ser vista na perspectiva clássica, uma vez que essas escolas mencionadas concordam com essa oposição. Nesse sentido, a escola evolucionista considera a etnologia como um desdobramento direto do evolucionismo biológico. Assim, os ocidentais são representados como a manifestação mais avançada da evolução das sociedades, enquanto os grupos ditos primitivos são vistos como continuidades de estágios anteriores, cuja divisão lógica pode fornecer uma ordenação temporal (LÉVI-STRAUSS, 1993, p.15).

As interpretações evolucionistas e difusionistas têm muito em comum. Lévi-Strauss (1993) afirma que Edward Burnett Tylor já havia formulado e sobreposto essas interpretações, chegando

---

<sup>6</sup> “Na base da distinção fundamental entre biologia e cultura humana, são normalmente seguidas pelo menos três linhas gerais de investigação. Todos os que se especializam nos problemas respeitantes à evolução, forma, estrutura, aparência, funcionamento e variações do corpo humano ou de qualquer das suas partes, são agrupadas em conjunto sob designação de Antropólogos físicos. Trabalham frequentemente como cientistas naturais, em ligação com outras ciências. Os principais objetivos dos Antropólogos físicos diferem dos seus colegas, que estão principalmente interessados nas várias manifestações da cultura. Aqueles que se dedicam ao estudo dos vestígios do trabalho executado pelo homem no passado são conhecidos como arqueólogos; ao passo que aqueles que estão principalmente interessados no comportamento de grupos de homens e mulheres vivos, são diversamente denominados por: etnógrafos, etnólogos, antropólogos sociais, ou antropólogos culturais”. TITIEV, 1969, p. 7.

à conclusão de que, juntas, essas representações se afastam dos métodos dos historiadores. Ele confirma que os historiadores estudam sujeitos, sejam eles pessoas, eventos ou grupos de fenômenos, que são particularizados pelo contexto espacial e temporal. Lévi-Strauss (1993) observa que ninguém contribuiu mais para denunciar essas contradições do que Franz Boas. Um estudo rápido de suas posições fundamentais permitirá questionar até que ponto ele conseguiu escapar delas e se essas contradições não são inerentes às condições nas quais o trabalho etnográfico é realizado:

Em relação à história, Boas começa por uma declaração de humildade: "Em matéria de história dos povos primitivos, tudo o que os etnólogos elaboraram se reduz a reconstruções, e não pode ser outra coisa" (1936: 137 - 41). E àqueles que o censuraram por não ter feito a história de determinados aspectos de uma civilização à qual, no entanto, consagrara a maior parte de sua vida, deu a resposta heróica: "Infelizmente, não dispomos de nenhum fato que lance qualquer luz sobre tais desenvolvimentos" (Id. *ibid.*). Porém, uma vez reconhecidas essas limitações, é possível definir um método cujo campo de aplicação haverá de ser restrito pelas condições excepcionalmente desfavoráveis em que trabalhamos etnólogos, mas de que se pode esperar algum resultado. O estudo detalhado dos costumes e de seu lugar na cultura global da tribo que os pratica, unido a uma investigação relativa à sua distribuição geográfica entre as tribos vizinhas, permite determinar, de um lado, as causas históricas que conduziram à sua formação e, do outro, os processos psíquicos que os tornaram possíveis (Id. [1896] in; 1940: 276). É certo que nunca se obtém certeza cronológica, mas é possível atingir altíssimas probabilidades em relação a fenômenos, ou grupos de fenômenos, limitados em extensão no espaço e no tempo. (LÉVI-STRAUSS, 1993, p. 19).

Malinowski e seus adeptos, juntamente com a maioria da escola americana contemporânea, seguiram um caminho oposto. Uma vez que a obra de Boas (1936) evidencia o quão é e como buscam entender "como as coisas surgiram e o que são", eles renunciam a "compreender a história" para transformar o estudo das culturas em uma análise sincrônica das relações entre seus elementos constituintes na atualidade. Cada objeto consiste em saber, Boas (1936) destaca em seus estudos detalhados, a apreciação mais incisiva de uma cultura única, incluindo a exposição de suas instituições e relações praticáveis, e o estudo dos processos ativos pelos quais cada indivíduo age em sua própria cultura, e como esta influência/interfere sobre o indivíduo, podem adquirir pleno significado sem o conhecimento do desenvolvimento histórico que levou às formas atuais (BOAS, 1936). Esse ponto central ficará mais claro na discussão de um problema específico (LÉVI-STRAUSS, 1993).

Malinowski ficou famoso por sua frase: "Se um dia o civilizado 'colonizador' pensar em entregar as chaves que abram as portas do desenvolvimento ao primitivo 'colonizado', mesmo por uma questão de oportunismo, ou seja, se for obrigado a fazê-lo, o fará de tal maneira que o essencial dos assuntos permanecerá em suas mãos". Esta frase nos faz refletir sobre a situação pós-

colonial na África com base na perspectiva colonial, levando em consideração que as sociedades são dinâmicas e que a ciência também segue esse percurso. Nesse sentido, a história e a etnologia se tornaram disciplinas semelhantes e opostas, mantendo relações entre elas que derivam de duas categorias: tempo e espaço (a história lida com o tempo e o espaço). No entanto, a Europa, considerada "civilizada", olhava para o "novo mundo" como selvagem, um lugar sem religião, cujos habitantes eram vistos como povos sem escrita, registros, Estado e alheios ao mundo histórico. Os povos com escrita eram considerados nobres na história, enquanto os selvagens se tornaram objetos dos etnólogos. Os povos estudados pela etnologia eram caracterizados pela negatividade em relação ao que não possuíam.

Ngoenha (2014), em seu livro "Filosofia Africana - Das independências às liberdades", afirma que havia um claro limite entre a história e a antropologia, ou seja, uma divisão resultante do contexto e dos costumes ocidentais. Portanto, o tempo e o discurso histórico na Europa seriam diferentes em relação aos povos e civilizações considerados selvagens e bárbaros. Para distanciar essas sociedades da história e justificar sua subordinação às sociedades históricas, uma disciplina exclusiva foi estabelecida: a antropologia. Assim, tudo contribuiu para "afastar" a história da etnologia, um afastamento que tinha objetivos específicos. Uma vez que a história se concentrava no passado histórico europeu e a etnologia nas sociedades consideradas "exóticas", que eram rotuladas como carentes de história (NGOENHA, 2014).

Conforme vimos, o preconceito de considerar "primitivas" todas as formas culturais que não se assemelhassem às europeias levaram à formação de uma doutrina que fundamentou o racismo. A partir daí, justificou-se o paternalismo do colonizador, que buscava educar e civilizar aqueles que não estavam no centro, que eram considerados atrasados e incultos. O contexto colonial na África apresenta desafios para os historiadores, considerando os obstáculos para decodificar os processos ocorridos em ambientes marcados por ideologias hierarquizadas. Por exemplo, na África, lugares e povos foram classificados de acordo com a visão do colonizador, portanto, os pesquisadores que se interessam por determinado assunto devem prestar atenção aos conceitos presentes nos próprios documentos.

### **E o que a história e a antropologia têm a dizer, por exemplo: da região e dos reinos da savana que no passado estavam estabelecidos na África central?**

Quando Amselle (2014) e M'bokolo (2014) abraçaram o projeto de desconstruir o conceito de etnia, resultando na obra "Pelos Meandros da Etnia: Etnias, Tribalismos e Estado na África", partiram seguramente de um pressuposto. Talvez o desafio tenha sido o de observar e decodificar os processos criados em ambientes hierarquizados, assuntos que discutimos anteriormente. Esses

processos podem ser compreendidos como a capacidade de elaborar conceitos a partir de experiências. Por exemplo, os autores mencionados, na desconstrução do conceito de etnia, basearam-se em dois predecessores, P. Mercier e F. Barth, cujas análises estavam alinhadas com um conjunto de ideias derivadas da antropologia. P. Mercier enfatizava a historicidade da etnia, identificando uma diferença fundamental entre a etnicidade no período pré-colonial e na época colonial. Já F. Barth (1969) adotou uma abordagem centrada na travessia de uma pluralidade de grupos por uma "fronteira", considerando-a, portanto, o verdadeiro objeto da antropologia (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014).

Nesse contexto, esse tema pode ser explorado ao analisar os reinos da Savana que estavam previamente estabelecidos na África Central. É um assunto que vamos investigar mais adiante. No entanto, quando nos referimos ao investigador interessado em um determinado tópico, é importante que ele preste atenção aos conceitos presentes nos próprios documentos. Faço referência, por exemplo, às experiências de F. Bart e P. Mercier. Uma vez que o conceito de etnia tem origem em um contexto colonial, eles conseguiram analisar a ideia de etnia de maneira diferente e introduzir outras abordagens sobre o conceito. Como mencionado anteriormente, a história e a etnologia estavam interligadas em um jogo de representações de si e dos outros, e a etnologia acabou assumindo a responsabilidade de conceituar a África e o africano, criando categorias que atualmente não se alinham com a realidade social. Além do termo etnia, também se discutiu o condicionamento étnico das sociedades africanas.

De facto, os representantes da escola funcionalista inglesa e da escola de Griuale foram os responsáveis por condensar as sociedades africanas numa pertença étnica singular, isolando-se das redes englobantes em que as mesmas se integravam durante o período colonial e em que se reintegraram actualmente. (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014, p. 12).

Portanto, o projeto de Amselle (2014) e M'bokolo, intitulado "Pelos Meandros da Etnia: Etnias, Tribalismos e Estado na África", procurou responder a uma inquietação relacionada à re-historização, repolitização e reislamização das sociedades africanas. Esse projeto tinha como alvo principal a antropologia acadêmica durante o período colonial francês e inglês, em contraste com a etnologia dos administradores coloniais. Vale ressaltar que esses administradores contribuíram para a transformação das categorias sociais africanas em categorias étnicas. Essa predisposição para analisar o período colonial e oferecer novas abordagens com base em experiências proporcionou o que podemos chamar de "virada". Isso significa que o "outro" já não é percebido da mesma maneira que era durante o período colonial ou pré-colonial.

O "outro" não está mais aprisionado em uma torre de marfim; ele começa a ser visto por suas possibilidades históricas e culturais, sendo reconhecido como um agente produtor de sua

própria cultura. Com essa "virada", não se busca restaurar o passado das civilizações africanas, pois este período já se foi com o fluxo do tempo. No presente, o foco está em explorar as possibilidades de novas interpretações do passado africano. A iconografia da imagem do passado africano, independentemente de sua estrutura, carrega consigo várias dimensões. Seu aspecto "figurativo" permite identificar continuidades no passado e descontinuidades no presente (AGOSTINHO, 2021).

A ideia de Fabian (2013) também é relevante aqui, pois ele discute como a antropologia é intrinsecamente política. É uma disciplina que, ao mesmo tempo, eleva e rebaixa seus objetos por meio da rejeição temporal. Fabian (2013) se refere a esse momento construtivo como a "negação da coetaneidade" - um termo que descreve uma situação na qual a distância hierárquica entre o "outro" suprime a simultaneidade, a contemporaneidade do encontro etnográfico (FABIAN, 2013, p. 10).

Nesse contexto, é notável que a África, principalmente a parte central, esteja se libertando cada vez mais das dinâmicas impostas pela colonização e do controle exercido pelos antigos colonizadores. Ela está se reintegrando em um intrincado jogo de relações e poderes locais. Por um lado, a África está reconsiderando a questão das fronteiras e as relações entre o centro e as periferias que a caracterizavam antes da colonização. Em uma África onde as fronteiras ainda existentes são minimamente permeáveis e onde o aparato estatal está longe de controlar, como antes, todo o território indicado nos mapas, a repetição de cenários passados parece ser uma possibilidade (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014).

### **Os espaços sociais e redes de troca entre os reinos da Savana**

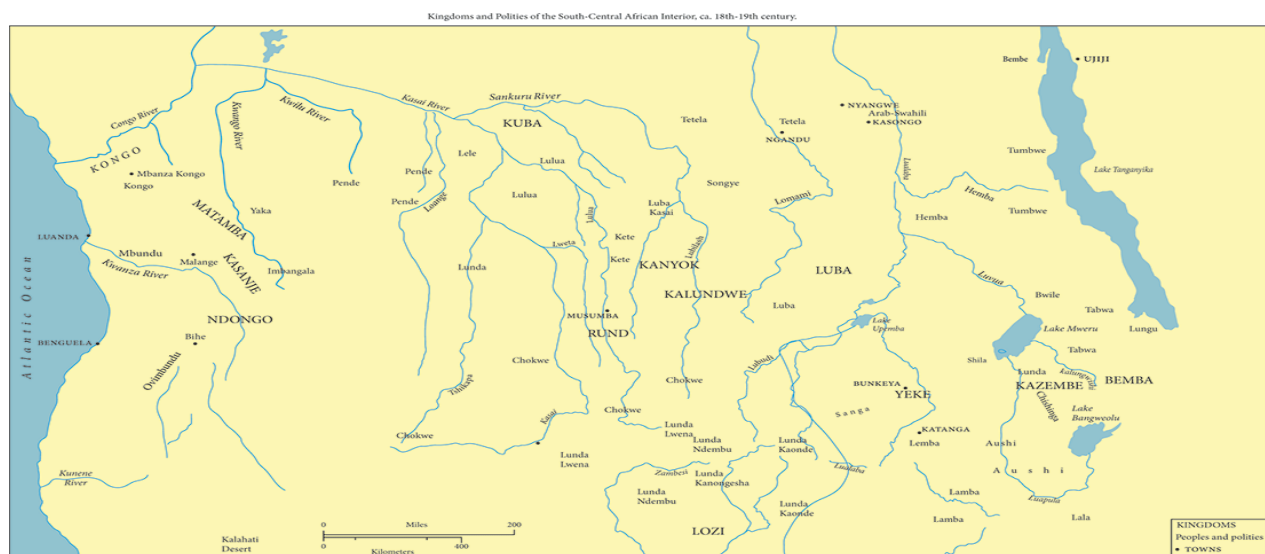
Nos espaços da savana, desenvolveram-se diversas formas de organização política, incluindo impérios, reinos, cidades e aldeias. Podemos considerar as formas de organização política estabelecidas ao redor dos afluentes ao sul do rio Congo, nas províncias de Kasai e Katanga, que atualmente fazem parte da República Democrática do Congo (RDC), no norte da Zâmbia e no leste de Angola, no século XXI. Este espaço geográfico abrigou várias sociedades, incluindo Luba (especificamente Luba-Katanga, cujos líderes detinham o título de mulopwe), Lunda (a Lunda central, também conhecida como Rund, liderada pelo mwant yav), Lunda-Ndembu, Chókwè, Pende, Luvale, Luluwa, Kanyok, Luba-Kasai, Kuba, Lunda Oriental, Yeke e Bemba (GORDON, 2018, p. 1).

Essas sociedades se desenvolveram e coexistiram até o início da colonização. Não podemos categorizá-las estritamente com base em modelos evolucionistas, mas esses reinos incorporaram elementos de sua própria realidade histórica por meio de mitos sobre suas origens. Em muitos

casos, esses mitos convergiram nas estruturas sociais e nas crenças, criando assim um alto grau de homogeneidade cultural. Além do parentesco cultural entre esses reinos, eles compartilhavam afinidades linguísticas, como as línguas "Bantu", que eram comuns a todos os grupos dessa região das savanas.

Desde cedo, os reinos da savana estabeleceram relações comerciais e desenvolveram identidades culturais. Essas relações comerciais facilitaram o fluxo de pessoas, cultura e comércio entre esses reinos. Os reinos da savana, geograficamente, ficam ao sul da grande floresta, a oeste do reino do Congo e a sudeste do império de Mwene Mutapa (M' BOKOLO, 2011). Essa região abrange as savanas do centro e sul da África, cortadas por afluentes que fluem para o norte do rio Congo e para os que fluem ao sul do rio Zambeze. O artigo de Gordon (2018), "Reinos da África Centro-Sul: Fontes, Historiografia e História", apresenta um mapa que destaca o potencial desse espaço geográfico em termos de recursos hídricos:

Mapa 1. Reinos e Políticas do Interior da África Central e do Sul, Século XVIII e XIX.



Fonte: Gordon, D. (2018, September 26). Kingdoms of South-Central Africa: Sources, Historiography, and History. Oxford Research Encyclopedia of African History.

Por outro lado, Birmingham (1970) e Miller (1988), ao estudarem o comércio realizado pelas populações nas regiões de savana, examinaram as potencialidades do local e destacaram as zonas ecológicas de transição, incluindo matas secas, vales de rios mais úmidos e áreas agrícolas para a pastorícia (DIAS, 1999, p. 21). A região de Shaba (atualmente República Democrática do Congo - RDC) e as áreas nas regiões da Zâmbia e Angola são cobertas por florestas, possuem solos pobres e uma estação seca prolongada. Geralmente, as terras mais férteis estão localizadas nos vales dos rios, e sua qualidade diminui de norte a sul e de leste a oeste, sendo as terras menos produtivas encontradas no leste de Angola. À medida que se desloca para o norte, a ameaça de

seca diminui. No entanto, a parte semiárida do sul do país, especialmente o Sudeste, possui vastas riquezas minerais, incluindo cobre, ferro e sal.

Nessas condições, não é surpreendente que a população vivesse dispersa em pequenas áreas de terras férteis, próximas ou não das grandes jazidas minerais. Grandes extensões de terras quase desabitadas separavam essas áreas, que eram principalmente utilizadas para a caça. As florestas de savana no centro-sul da África são cortadas por afluentes que fluem para o norte do rio Congo e para o sul do rio Zambeze, além de abrigar lagos ricos em peixes e planícies de inundação férteis. Em meio a um terreno com solos pobres e recursos naturais distribuídos de forma desigual, surgiram formas de centralização política e religião organizada na região entre os cerrados secos do Kalahari e a floresta equatorial da bacia do rio Congo, na savana da floresta de Miombo, que se localiza nas áreas mais férteis e ricas em recursos (GORDON, 2018, p. 2).

Longe dos estereótipos de que as sociedades africanas eram fechadas em si mesmas, M'bokolo (2011) argumenta que as savanas foram locais de convergência. Portanto, muito antes do contato com os colonizadores, os reinos da savana já apresentavam espaços inclusivos (M'BOKOLO, 2011). A partir dessa perspectiva, é possível falar sobre espaços sociais e de troca entre as unidades centralizadas da savana. As evidências abrangentes sobre os espaços sociais incluem a formação de espaços relacionados às questões estatais, políticas, de guerra e culturais. Um exemplo é o desenvolvimento e a emergência precoce dos reinos Luba e Lunda. Essas entidades políticas (Reinos Luba e Lunda) surgiram perto dos lagos do Lualaba, especialmente em Shaba, uma região rica em recursos minerais e agrícolas, que deu origem a chefaturas que, por sua vez, deram origem aos reinos (VANSINA, 2010).

Neste contexto, nosso foco não é uma descrição detalhada do desenvolvimento desses reinos (estados ou unidades políticas) nas savanas da África Central. Estamos interessados nas evidências dos espaços sociais que contribuíram para a construção e o surgimento de redes de comércio, fronteiras e influências culturais. É importante destacar que, nesta região de vastas savanas, assim como em outras partes da África, antes da colonização, ocorriam encontros frequentes entre diferentes grupos populacionais, resultando em dominação de uns sobre os outros. Por vezes, a chegada de conquistadores ocorria como consequência de conflitos internos em um reino, levando a dissidências internas e à formação de uma ou várias novas organizações políticas semelhantes (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014).

O desenvolvimento individual de determinadas sociedades nas savanas facilitou a formação de processos de unificação de diversos povos. No caso dos Luba e Lunda, a criação desses reinos pode ser enquadrada como uma consequência de dissidências internas. Por exemplo, a história da criação do Reino Luba está ligada a mitos de origem que combinam tradições e fornecem informações relevantes sobre a cultura e história dos Luba. Acredita-se que o Reino Luba

tenha surgido antes de 1500, resultado da fusão de diversos clãs sob o domínio de um líder único. Embora a organização política desse reino seja menos conhecida, é amplamente aceito que os vassallos do soberano estavam organizados em patrinhagens (VANSINA, 2010, p. 641). As origens e as redes políticas dessas formações políticas nas savanas do Sul estão relacionadas com mitos de origem que abordam a formação de estados, casamentos, métodos de entronização de novos soberanos, mudanças dinásticas e conquistas militares.

Nesse sentido, Reefe (1981) argumenta que a tradição está relacionada com a titulação, a posse de terras e os locais de expansão dos Luba. Além disso, o autor observa a sucessão matrilinear de alguns títulos entre os Luba e sugere que um homem no sistema patrilinear era elegível para o trono, ou seja, para o título de Mulopwe (rei sagrado) dos Luba. Esses Mulopwe eram descendentes de Kalala Ilunga, homens distintos com poder e oportunidades, como o Mukalange e o original Nkongolo. A luta pelo poder envolvia principalmente um conflito entre um herdeiro masculino real e os tios maternos de seus rivais. No mito de origem, Kalala Ilunga é o herói real que governa, enquanto Nkongolo é o símbolo do tio materno rival (REEFE, 1981, p. 80-92).

Em resumo, os espaços políticos nos reinos da savana são o resultado de processos de organização, dissolução e reorganização em um ambiente diversificado, onde estados e chefaturas desenvolveram a capacidade de definir fronteiras e estabelecer relações tributárias e predatórias. Esses espaços estatais foram moldados por redes mediadas que envolviam tributos ou algum tipo de controle. Por exemplo, os Luba eram associações de homens que tinham poder sobre questões de fertilidade e exaltavam as mulheres, manipulando símbolos de poder, como títulos, que eram fontes significativas de legitimidade. Essas associações podem ter se originado como grupos de caçadores, curandeiros ou especialistas em segredos da natureza, e ao longo do tempo, evoluíram para lideranças religiosas e políticas que buscavam renda e impostos (REEFE, 1981).

A formação de espaços estatais, políticos e de guerra nas savanas geográficas possibilitou o surgimento de uma produção pré-capitalista, que podemos caracterizar por modos de produção: pós-comunitária complexa, semi-escravagista e semi-tributária. Esses modos de produção são típicos da fase de transição para as sociedades de classes. Desde cedo, os reinos das savanas, com fronteiras territoriais e conseqüentemente políticas, tiveram aberturas comerciais e desenvolveram identidades. Essas aberturas facilitaram os fluxos demográficos, culturais e comerciais.

A arqueologia pode auxiliar na compreensão do modelo de fluxos nas savanas geográficas. Estudos realizados em Ilede Vale do Zambeze apontam que, a partir do século XV, possivelmente até antes, essa região foi um centro artesanal muito ativo, com o propósito de transformar o cobre, que posteriormente era comercializado no oceano Índico (M'BOKOLO, 2011). Por outro lado, Batsíkama (2014), com base em Vansina (2004), identifica a região da África Central como uma



zona de unidade sociocultural que gerou centros artísticos. Nos centros artísticos, diversas formas de expressão artística, como escultura, música, dança, pintura e arquitetura, foram desenvolvidas. Com a chegada de povos de fora, essas manifestações artísticas foram frequentemente vistas de forma estereotipada, mas hoje são testemunhos do desenvolvimento cultural e histórico da África Central (BATSÍKAMA, 2014).

Quanto à questão da abertura comercial para o Oceano Índico, Vansina (1964) identificou dois níveis de trocas. O primeiro é chamado de troca regional, na qual uma variedade de produtos era negociada, incluindo máscaras, esculturas, esteiras, cestos, madeira cosmética, terra vermelha para cosméticos, veludo, bordados, chapéus, roupas, facas, lâminas, espadas, alimentos, produtos de caça e itens de exportação, como cobre, sal, escravos, pirogas, cerâmica, tecidos brutos, tambores e ornamentos. O segundo nível é o comércio internacional, focado principalmente em marfim, bordados, esteiras, tecidos, cobre trabalhado, madeira para cosméticos e produtos para exportação, reexportação e importação, incluindo escravos e amuletos (M'BOKOLO, 2011).

Essas aberturas comerciais dinamizaram os processos internos de assimilação e aculturação, afetando muitas vezes as narrativas de origem dos povos e Estados das savanas quando foram estudadas. É importante destacar que sem o conhecimento dessas relações comerciais e suas influências culturais, não seria possível compreender certas narrativas, como a origem dos Kuba, que frequentemente incluem eventos perturbadores, como guerras com europeus.

Outro fato relevante é a forma de participação nos espaços comerciais, o que contribuiu significativamente para a diversificação das populações "parentes" devido à sua origem comum, resultando na formação de identidades distintas. As trocas nessa região das savanas desempenharam um papel de grande importância, determinando a estrutura de um espaço abrangente que se manifestou de várias maneiras, inicialmente como um espaço de produção, divisão social e comércio de longa distância. Na África pré-colonial, os espaços de produção correspondiam a regiões econômicas especializadas na produção de um determinado produto. O valor dessa produção era realizado nos espaços de troca, que poderiam coincidir com as regiões de comércio, disputadas pelos próprios intermediários produtores ou comerciantes profissionais (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014).

Esses espaços comerciais também influenciaram as questões linguísticas. Por exemplo, na classificação linguística das línguas Luba e Lunda, é possível identificar relações interligadas. Guthrie (1948) estudou essa relação, estabelecendo uma zona denominada "L", na qual incluiu as línguas Lunda, pertencentes ao grupo 50, diferenciando-as das línguas Luba, que fazem parte do grupo 30. Esse esquema de Guthrie (1948) demonstra afinidades e diferenças claras entre esses dois troncos linguísticos (NZIEM, 2010).

Além disso, Reefe (1981) aborda a proliferação de termos políticos através do centro-sul da África, juntamente com a diversidade de línguas, o que dificulta a reconstrução com base na linguística histórica. A história dos reinos das savanas na África Central apresenta desafios distintos. Um exemplo é a introdução e multiplicação de certos títulos reais, juntamente com a evolução do sistema de governo, que remontam ao século XVIII. No campo da semântica, foram realizados estudos sobre as palavras para buscar evidências das diversas formas de governança nos reinos das savanas. É importante destacar que, no que diz respeito às formas de governança, os resultados desses estudos revelam pouca consistência, muitas vezes devido à falta de conhecimento sobre o tipo de governo em certos reinos das savanas (REEFE, 1981, p. 72-92).

No caso das línguas Lunda e Luba, foi possível conduzir um estudo cuidadoso que estabeleceu uma cronologia relativa e abriu caminho para a investigação da história inicial e dos desenvolvimentos dos sistemas Lunda e Luba. Hoover (1978) foi um dos primeiros estudiosos a combinar suas observações etnográficas com a análise linguística, embora suas descobertas sobre as origens e a evolução do parentesco perpétuo tenham sido consideradas pouco convincentes. Ele formulou a hipótese de que o parentesco perpétuo possivelmente fornecia a ligação ideológica que unia os detentores individuais de Rund, contrariando as tendências divisivas de suas linhagens cada vez mais separadas. Hoover (1978) sugeriu que o parentesco perpétuo poderia ter surgido à medida que o parentesco com base genealógica dos grupos descendentes de sangue diminuía, dando lugar ao parentesco perpétuo baseado em títulos políticos (GORDON, 2018, p. 22).

Seguindo uma abordagem semelhante, Vansina (1998) expandiu o estudo iniciado por Hoover (1978). Sua análise concentrou-se na tentativa de reconstruir as formas de governança coletiva no Kasai "primitivo", ou seja, antes do surgimento de Rund (por volta de 1600). Com base em termos comuns no proto-idioma de Kasai, Vansina (1966) argumentou que o governo inicial no Kasai estava centrado em casas bilaterais conectadas por associações de homens, compostas por membros classificados com máscaras apropriadas para cada posto. Esse sistema de casas e comunidades influenciou a estrutura política posterior do Kasai, especialmente o Rund e o Kuba, mas de maneiras distintas. De acordo com a análise linguística de Vansina (1998), o Rund transformou essa regra por associação em uma regra por um rei. O reino de Rund evoluiu para um "espaço de casas únicas de grande porte". As associações e casas associativas desenvolveram-se em uma política na qual os títulos estavam interligados por meio do parentesco perpétuo.

Portanto, Vansina (1998) confirmou a hipótese de Hoover (1978) de que o problema político resolvido pelos Lunda estava relacionado à sucessão de casas, em vez do colapso de uma casa com a morte de seu líder, tornando o sucessor semelhante aos seus antecessores em todos os aspectos. Nesse contexto, o parentesco perpétuo e a estrutura do governo de parentesco foram preservados. Uma casa bilateral, provavelmente fazendo uso dos recursos governamentais das

associações associativas, evoluiu para um reino baseado no parentesco perpétuo. Até o momento, os trabalhos preliminares de Hoover (1978) e Vansina (1998) continuam sendo as únicas reconstruções linguísticas dos sistemas político-religiosos específicos das línguas Luba e Lunda (GORDON, 2018, p. 23).

No final do século XIX, líderes poderosos e seus seguidores trocaram títulos, rituais, arte, palavras e narrativas. Sua transformação em tribos durante o período colonial facilitou sua transição para reinos supostamente arcaicos. Diversos etnônimos tornaram-se padronizados em nomes tribais e depois em reinos: Luwa em Luba; Awewa, Wewa, Awemba em Bemba; Ruund, Ruwund e Aluunda na Lunda; Quiboco, Quiboque, Ciboku tornou-se Cokwe, Chokwe ou Tchokwe. Diferenças linguísticas menores permitiram uma afirmação da diferença: alguns participantes do culto religioso de Luba, refugiados liderados por um guerreiro Luba, que se estabeleceram no rio Lulua, tornaram-se, por exemplo, Luluwa ou Lulua, constituindo seu próprio reino (GORDON, 2018). Os espaços de produção, circulação e consumo afiguravam assim um primeiro protótipo do continente africano, assinalando a preponderância de uma organização geral e englobante sobre as diferentes sociedades locais encaradas como continuções (AMSELLE; M'BOKOLO, 2014).

Por fim, uma descrição dos reinos da savana constitui uma resposta aos discursos provenientes de conceitos estereotipados em épocas consideradas de “crise”, onde o racismo marcou e trilhou caminhos... À antropologia e a história estiveram próximas interessadas no estudo do “outro”, mas tratou-se de um processo lento implicando reformulações de conhecimentos, por isso, hoje o “outro” já não pode ser visto como o “atrasado”, “o inculto”, “o sem história”. Como vimos nas páginas anteriores a antropologia nasce na Europa concretamente na Grã-Bretanha no século XX. Na época, a principal potência industrial do mundo, com um grande domínio formado de várias colônias abarrotadas de sociedades ditas “primitivas” a serem estudadas. Em relação aos outros países naquela altura o procedimento foi diferente, recorreram no estudo dos tais ditos “indígenas” e em alguns casos em grupos urbanos e rurais, porém o objeto do estudo estava sempre direcionado na “diferença”, como pessoas diferentes da cultura europeia.

Com o “desaparecer das sociedades simples”, a antropologia é obrigada a virar as “baterias” para outra “carga”, visto que estas populações não foram poupadas com o desenvolvimento social. Magnani (1996, p. 2) explica que ela se vê num “beco” sem “saída”, o fim do “selvagem”. Contudo, a antropologia abriu outra vaga para o seu objeto de estudo, que por um lado consistiu no estudo do homem inteiro, aquele existente em todos os tempos, por outro lado, pela sua totalidade, isto quer dizer, ao homem de todas as sociedades. É de realçar que a antropologia deixou para trás perspectivas evolucionistas e produziu outros pareceres e modelos, abriu novas áreas de pesquisa. Nunca abdicou, porém o pensamento inicial, fundante, em

consideração a variedade cultural. Só que, deixou de congrega o diferente ao "atrasado", se libertou da ideia de que seu objeto de estudo era estabelecido pelos povos considerados "primitivos".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Yuri Manuel Francisco. "Realimentar as narrativas sobre o continente africano no presente e recriar a imagem do passado: tarefas de um viajante." **Revista Dado(s) de África(s)**, vol.02, nº. 04, p. 72 – 85, 2021. Consultado em 05/03/2023. Disponível: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/dadosdeafricas/article/view/14710>

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. **Pelos Meandros da Etnia. Etnias, Tribalismos e Estado em África**. Luanda: Edições Pedagogo/ Edições Mulemba, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014.

BATSÍKAMA, Patrício. **Introdução à história das artes em África**. Luanda: Mayamba, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **O modelo italiano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRETON, Roland. **Povos e Estados. A impossível Equação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

CARVALHO, Rui Moreira de. **Compreender + África. Fundamento para competir no Mundo**. Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

DIAS, Jill. "Caçadores, Artesãos, Comerciantes, Guerreiros: Os Cokwe em perspectiva histórica." In: HEUSCH, Luc de; JILL DIAS & outros. **A Antropologia dos Tshokwe e Povos Aparentados**. Porto: FLUP, 2003.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Trad. Denise Jardim Duarte. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GORDON, D. "Kingdoms of South-Central Africa: Sources, Historiography, and History." **Oxford Research Encyclopedia of African History**, 2018. Disponível: <https://oxfordre.com/africanhistory/view/10.1093/acrefore/9780190277734.001.0001/acrefore-9780190277734-e-146>

IMBAMBA, José Manuel. **Uma nova cultura para Mulheres e Homens Novos. Um projeto Filosófico para Angola do 3º Milênio à luz da Filosofia de Battista Mondim**. Luanda: Paulinas, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1993.

M'BOKOLO, Elikia. **África negra: História e civilizações. -Tomo II (Do século XIX aos nossos dias)**. São Paulo/ Salvador: Casas das Áfricas/ EDUFBA, 2011.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole." In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.) **Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARTÍNEZ, Francisco Lerma. **Antropologia Cultural**. Maputo: Paulinas editora, 2009.

NGOENHA, Elias Severino. **Filosofia Africana - Das independências às liberdades**. Prior Velho: Paulinas editora, 2014.

NZIEM, Ndaywel è. O sistema político luba e lunda: emergência e expansão. In: OGOT, Bethwell Allan (Org.). **História Geral da África, vol. V, África do século XVI ao XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 695 - 717.

PARREIRA, Adriano. **A Máquina de Dúvidas**. Luanda: Edições Kulonga, 2003.

RAMOS, Célia Maria Antonacci. "Arte Contemporânea Versus Arte Africana Fronteiras e Reciprocidades." **17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais** – 19 a 23 de agosto de 2008 – Florianópolis. Disponível: <http://anpap.org.br/anais/2008/artigos/147.pdf>

REEFE, Thomas Q. **Rainbow and Kings: A History of the Luba Empire to 1891**. Berkeley: University of California Press, 1981.

SERRANO, Carlos. **Angola Nascimento de uma Nação. Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008.

SILVA, Sónia C. dos Santos. **A Conferência de Berlim. Uma visão contemporânea dos problemas de interpretação**. Luanda: Paulinas, 2014.

TITIEV, Misha. **Introdução à Antropologia Cultural**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

VANSINA, Jan. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir (Org.). **História Geral da África, vol. IV: África do século XII ao XV**. Brasília: UNESCO, 2010.

Recebido em: 12/06/2023

Aprovado em: 19/09/2023